

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/GEDRI

ISSN 2675-3308

v. 4, n. 2, 2023

A DRENAGEM ECONÔMICA E SOCIAL NA INTEGRAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Victor Antônio Peluso Júnior

O Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit) se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI), constituído em 2005. Ele congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Edição do Textos para Discussão

LabCit/GEDRI

www.labcit.ufsc.br

Departamento de Geociências

Bloco C do CFH, sala 4

E-mail: labcit.gedri.cfh@contato.ufsc.br

Vinculação institucional

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)

Departamento de Geociências (GCN)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)

Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit)

Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI)

Coordenador: Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira

A DRENAGEM ECONÔMICA E SOCIAL NA INTEGRAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA¹

Victor Antônio Peluso Júnior²
Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

O número de variáveis a se considerar no problema da integração do estado de Santa Catarina é quase infinito. Será muito difícil um estudo global neste sentido, e por isso nosso objetivo se limita a tratar sob o ponto de vista geográfico, da drenagem econômica e social, cujo sentido deverá orientar uma política de transporte que vise a integração do estado de Santa Catarina. Denominamos *drenagem econômica e social* o sentido espacial que tomam as relações entre as comunidades de diversas ordens que se espalham no espaço geográfico. Desde o grupo de vizinhança até a metrópole, há um grande número de comunidades de dimensões crescentes que encontram os bens e serviços exigidos pela população. Os

¹ *Nota da edição:* texto originalmente publicado na coletânea de trabalhos apresentados na II Jornada Social de Santa Catarina, realizada entre 8 e 10 de maio de 1968. Compôs o eixo "integração estadual: transportes". O eixo foi coordenado pelo engenheiro Antônio Carlos Werner, vinculado ao hoje extinto Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina (DER) e ávido defensor da rodovia BR-282, concebida como a "rodovia da integração catarinense". O professor Victor Antônio Peluso Júnior – na época professor da UFSC, onde se aposentou em 1979 e lá permaneceu em seu quadro até 1982 (Geosul, v. 8, n. 16) – ficou encarregado de ser o relator no tema "considerações geográficas", e a partir dele sendo publicado o texto que por ora reproduzimos neste número. Este trabalho aponta, entre outras coisas, uma importante inserção do geógrafo, enquanto intelectual e pessoa pública, nas questões candentes do desenvolvimento econômico-social, do planejamento territorial e do Estado. Transcrição e edição feitas por João Henrique Zoehler Lemos, aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

² *Nota da edição:* apesar de não pretendermos elaborar uma extensa nota biográfica, é necessário destacar que o professor Victor Antônio Peluso Júnior (5 jul. 1909-21 abr. 1994) foi um importante geógrafo catarinense e homem público do Estado. Nas palavras de Eduardo Zons Guidi (doutorou-se em Geografia pela UFSC em 2010, com a tese intitulada *Victor Antônio Peluso Júnior: pioneiro da geografia catarinense*), o professor Peluso Júnior foi responsável pela consolidação e o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência, tanto no estado, quanto no país. Uma fração de suas contribuições foi reunida em duas obras publicadas em 1991, organizadas pelo Departamento de Geociências da UFSC, intituladas *Aspectos geográficos de Santa Catarina* e *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Além do trabalho acadêmico, foi responsável pela institucionalização da Geografia em meio à formação e desenvolvimento do edifício estatal catarinense, a exemplo de suas ações na Diretoria de Terras e Colonização e depois no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC).

homens deslocam-se para os diferentes centros criando linhas de drenagem que marcam seus interesses econômicos e sociais. Não cuidemos, portanto, das rotas de exportação ou simples comercialização dos produtos locais, ou das vias de transporte utilizadas na importação. O que para nós importa é a comunidade maior para a qual é atraída a população catarinense a procura dos bens e serviços de que necessita.

A DISPERSÃO CATARINENSE

A falta de unidade que se constata na vida econômica e social das populações catarinenses tem sua base em fatos humanos e fatos físicos.

O povoamento do estado de Santa Catarina é marcado por fragante heterogeneidade. Os núcleos iniciais (São Francisco, Desterro e Laguna) foram constituídos por gente que se deslocou, no século XVII, da vila de São Vicente; o século seguinte viu a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, a colonização açoriana e, mais tarde, a ocupação do planalto.

A Capitania da Ilha de Santa Catarina foi criada inicialmente com a população de Desterro, expandindo-se, em seguida, para abranger as de São Francisco, Laguna e o litoral fronteiro. A escassa população da nova capitania cresceu com a imigração açoriana, que das povoações instaladas nos primeiros anos dilatou-se ocupando o litoral. No planalto, o primeiro núcleo de povoamento foi Lages, fundado por uma bandeira colonizadora que partiu de São Paulo. Todos esses fatos, aparentemente isolados, faziam parte de um objetivo comum, o de firmar bases para as operações militares de Portugal na conquista dos limites meridionais de sua colônia.

A população catarinense aumentou com a imigração de alemães e italianos, e, secundariamente, de polacos, belgas, escandinavos etc³. Mas nessa época, litoral e planalto

³ *Nota da edição:* o autor publicou um texto específico dedicado às questões da população e migração no estado catarinense. Ele se intitula "Aspectos da população e da imigração no estado de Santa Catarina", originalmente apresentado em 1970 (SILVA, Jaldir Fustino da et al. *Fundamentos da cultura catarinense*. Rio

já estavam sujeitos a um mesmo governo provincial, que sucedera, após a independência, ao da capitania. Mas enquanto parte do planalto fora povoado a partir de Lages, outra o foi por correntes saídas de Curitiba, dando alicerce à questão de limites que se dirimiu no século atual, então no regime republicano, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, herdeiros das províncias do tempo do império.

A expansão populacional, no século XX, modificou, profundamente, o povoamento catarinense. As novas gerações dos velhos núcleos de imigrantes europeus de Santa Catarina completaram a ocupação das áreas despovoadas entre a escarpa do planalto e o litoral; no altiplano, os descendentes dos imigrantes italianos e alemães do vizinho estado do Rio Grande do Sul lançaram-se à exploração das terras agrícolas, até então praticamente inaproveitadas.

A breve súpula da história do povoamento do estado de Santa Catarina mostra que o contingente humano, que povoa o território catarinense, é heterogêneo. Os primeiros habitantes do litoral, vicentistas e açorianos, fundiram-se. A área do planalto, de origem paulista, mantém porém, sua autonomia, não se confundindo, sua gente, com a de origem vicentista-açoriana, e mesmo os descendentes dos escravos negros das duas áreas apresentam diferenças culturais sensíveis. As populações de origem italiana, alemã, polonesa etc. – os primeiros grupos étnicos – ainda que não constituem quistos e apresentam alto grau de assimilação à sociedade brasileira, guardam muitos dos seus traços originais, acentuando a heterogeneidade do povo catarinense.

Os elementos físicos – clima, vegetação e relevo – desempenham funções diferentes no processo da dispersão⁴.

de Janeiro: Laudes; Florianópolis: SEC; UDESC, 1970) e depois republicado na coletânea *Aspectos geográficos de Santa Catarina* (Florianópolis: Ed. da UFSC; FCC edições, 1991).

⁴ *Nota da edição*: cabe aqui a menção ao trabalho intitulado “Formações sócio-espaciais catarinenses: notas preliminares” das professoras Maria Graciana Espellet de Deus Vieira e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, publicado nos anais do 1º Congresso de História de Geografia de Santa Catarina (1997). Nele, recebemos uma ampla e importante contribuição ao estudo das formações regionais do estado e o papel da imbricada relação entre sociedade e natureza na organização e produção do espaço. As autoras trataram das particularidades regionais do planalto e do litoral, bem como as transições para o modo de produção capitalista a partir das relações semifeudais e da pequena produção mercantil existentes em Santa Catarina.

O clima mesotérmico úmido, dominante no território catarinense, é do tipo de verão fresco (temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C) no planalto, e de verão quente (temperatura média do mês mais quente superior a 22°C) na encosta e no litoral, bem como no vale do rio Uruguai a jusante da foz do rio do Peixe. A diferença no clima dessas regiões acentua-se no inverno, estação em que as invasões de ar frio polar fazem baixar as temperaturas, produzindo nevascas nas áreas mais elevadas e geadas nas de menor altitude. As geadas ocorrem, em média, mais de 10 dias, por ano no planalto, e em menor número de dias na encosta do altiplano e no litoral, o baixo vale do rio Uruguai. A precipitação, abundante em todo o território, é maior na encosta do planalto e no oeste (como, por exemplo, na área de Xanxerê).

A diversidade apontada no clima reflete-se na vegetação. A floresta latifoliada tropical é encontrada nas regiões de verão quente, acentuada, devido à umidade, na encosta e litoral; no planalto, a floresta mista (com ocorrência de *Araucaria angustifolia*) é interrompida por grandes manchas de campo.

Clima e vegetação, em seu conjunto, mostram diferenciações dentro de uma mesma unidade; contudo, tendo-se em vista os territórios vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul, marcam, em Santa Catarina, a transição do clima e vegetação de um para outro destes estados.

As populações do Paraná e do Rio Grande do Sul são tão heterogêneas quanto a de Santa Catarina, e, como citamos, clima e vegetação assemelham-se nestas três unidades do Brasil meridional. Mas enquanto naqueles dois estados a integração se realiza polarizada pelos seus maiores núcleos urbanos, que são suas capitais, neste último a vida social e econômica dispersa-se, atraída pelos focos que são Curitiba e Porto Alegre, procuraremos, pois a causa destes fatos na posição destas capitais regionais.

Porto Alegre é o porto pelo qual entravam e saíam as mercadorias na época em que as ligações dependiam da navegação costeira. A função comercial da cidade cresceu devido ao porto, concentrando a vida econômica rio-grandense, com exceção de pequena parte dependente do porto do Rio Grande.

Curitiba localiza-se no planalto, ligada a seu porto, Paranaguá. Enquanto no Rio Grande do Sul a capital política exercia as funções comerciais de centro coletor e distribuidor juntamente com a do porto, no Paraná o centro político também recebia e distribuía mercadorias, mas o porto ficava a pequena distância no litoral, a ele ligado como o ponto do planalto de acesso mais favorável. Esta situação repetia-se mais ao norte, entre São Paulo e Santos. Quando a decadência da navegação costeira obscureceu a função dos portos nos mercados regionais, substituída pelo transporte rodoviário, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, já tinham asseguradas suas posições de capitais regionais, pois nelas continuaram a agir os mesmos fatores que haviam atraído os interesses econômicos e sociais de suas regiões.

A situação é mais clara no estado de São Paulo. Podemos compreendê-la a partir da unidade morfológica que maior unidade física dá à grande região, o planalto basáltico. Ainda que no estado de São Paulo esteja em parte coberto por arenitos cretáceos, e tanto neste como no do Paraná por arenitos jurássicos, este planalto é constituído de serras tabulares e vales profundos, com a drenagem hidrográfica para oeste, para o eixo da bacia Paraná-Uruguai. O interesse econômico e social de toda esta faixa do território brasileiro está a leste, dirigindo-se a drenagem econômica e social em sentido inverso à da drenagem hidrográfica.

O limite oriental do planalto brasileiro é formado pela Serra Geral, contínua desde o interior do estado do Rio Grande do Sul ao norte do estado de São Paulo, ainda que identificada com nomes locais diversos. É a partir do comportamento da Serra Geral que se evidenciam as diferenças entre os relevos dos quatro estados meridionais em relação às vias de acesso às suas capitais políticas.

Os rios, no estado de São Paulo, atravessam a Serra Geral, vindos do leste. As maiores altitudes do planalto paulista estão no paredão cristalino que defronta o oceano, a Serra do Mar. É em sua vizinhança que nascem os grandes rios (como Tietê e Paranapanema) erodindo o dorso ocidental do altiplano cristalino e a faixa de sedimentos paleozoicos existentes entre este dorso e o planalto basáltico. A função desta bacia paleozoica é essencial na compreensão da drenagem econômica e social de São Paulo. A erosão,

encontrando terreno menos resistente que nos dois lados, rebaixou seu nível, formando a área deprimida a que os geógrafos chamam de *depressão periférica paulista*. Esta área, desde logo, o traçado de vias de comunicações de quase todo o território paulista com a cidade de São Paulo, que se ligava com o porto de Santos. A drenagem econômica básica, de oeste para leste, fazendo da cidade de São Paulo o centro econômico de todo o território, impôs-se à população desde que sua economia passou do estágio de subsistência para o de economia de mercado, aumentando ainda quando o café se alastrou pelo território paulista. A concentração populacional, que acompanhou o desenvolvimento das funções econômicas de São Paulo, fez a cidade equipar-se de bens e serviços que atraem os habitantes de vasta região de que é metrópole.

O estado do Paraná, que possui a Serra Geral atravessada pelos rios que nascem a leste, apresenta, igualmente, a faixa de terrenos paleozoicos, sem, contudo, ter a depressão periférica. Condições outras orientaram a drenagem de maneira a permitir o acesso direto de Curitiba, ainda no planalto cristalino, aos principais vales dos rios que se dirigem para oeste, cruzando a Serra Geral em demanda da calha da bacia Paraná-Uruguai. Um domo estrutural, do qual Curitiba está próxima ao vértice, favoreceu a desnudação das rochas mais novas, deixando exposta a região cristalina. Sendo um ponto de fácil trânsito para os vales que rumam o interior, e estando, ao mesmo tempo, a cavaleiro da bacia de Paranaguá, Curitiba esteve em condições de atrair a vida econômica e social do território paranaense.

O Rio Grande do Sul tem a área paleozoica deprimida, mas sua origem é bastante diferente do que possui a depressão periférica paulista. Contudo, o efeito é o mesmo. O rio Jacuí drena a faixa paleozoica no sentido oeste-leste de seu desenvolvimento, facilitando o trânsito da maior parte do território rio-grandense em direção à Lagoa dos Patos, onde desemboca através do rio Guaíba, a cuja margem foi fundada Porto Alegre. A Serra Geral é atravessada por cursos d'água somente na região do rio Ibicuí; ao norte dos terrenos sedimentares, porém, os rios descem do planalto basáltico lançando-se no rio Jacuí, o que torna ainda mais fácil a concentração em Porto Alegre, visto haver coincidências entre as direções das drenagens hidrográficas e econômicas.

As três grandes cidades, a que chamaremos “metrópoles” em virtude dos seus efetivos populacionais vultosos, firmaram sua posição de centro econômico e social de seus respectivos territórios desde o princípio da colonização do Brasil meridional. Cada uma, dentro de sua área, foi o que mais tarde se chamou “boca de sertão”, funcionando ativamente no processo de ocupação do solo; durante o período em que dominou a economia de consumo, pouco progrediram, mas ao despertar a economia de mercado, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre tornaram-se os centros coletores e distribuidores que dominaram o comércio, organizando-se como centros de convergências de vastas comunidades que nelas encontravam bens e serviços de que seus membros necessitavam.

O relevo do estado de Santa Catarina é completamente diferente. Não há, no território catarinense, nenhum ponto de fácil acesso aos grandes vales interiores. A Serra Geral não é atravessada por rios que demandam o oeste, como em São Paulo, ou Paraná, nem tão pouco é drenada por cursos d’água que se dirigem para um ponto próximo à costa, como no Rio Grande do Sul. Pelo contrário é um divisor de águas de difícil travessia, isolando o planalto basáltico do restante espaço catarinense. A faixa de terrenos paleozoicos tem direção aproximadamente semelhante à da depressão periférica paulista, mas lhe faltou o apoio dos terrenos antigos a leste; o afundamento do trecho oriental do planalto cristalino, criando um litoral pontilhado de ilhas e enseadas, favoreceu a erosão progressiva em camadas geológicas menos resistentes, do que resultou a drenagem dos terrenos paleozoicos diretamente para o Atlântico (área ao norte de Florianópolis) e o rebaixamento de parte deles com drenagem também direta para o mar, chegando trechos a submergir sob o oceano (área ao sul de Florianópolis). O litoral é estreito, acabando logo nos vales que descem da encosta do altiplano, cujo talude possui quase 300 quilômetros de extensão aproximadamente norte-sul, de onde partem para oeste, os rios que nascem no próprio planalto basáltico, sem qualquer facilidade de concentração em ponto próximo à costa. O vale Negro-Iguaçu, em terrenos sedimentares, dirige-se para a calha do rio Paraná, afastando-se dos vales da região basáltica, que pertencem à bacia do rio Uruguai.

As condições na região a leste do planalto, a que chamamos *encosta* e *litoral*, são as mesmas que no altiplano. Os rios que a drenam tem cursos mais ou menos paralelos entre si, separados por divisões que são serras que atingem até 1.000 metros de altitude. A ligação entre os diferentes pontos do litoral foi mantida, até os primeiros anos do século XX, apenas pela navegação costeira.

Florianópolis jamais teve oportunidade e centralizar os interesses econômicos e sociais do território de que é capital política. O estado de Santa Catarina, como já vimos anteriormente, deve sua criação a motivos puramente políticos. No século XVIII, quando foi criada a Capitania da Ilha de Santa Catarina, as condições de abrigo à esquadra que viesse lutar entre os espanhóis estabelecidos no rio da Prata foram o atrativo principal. A vantagem do desembarque em Desterro d'onde partiram as tropas por terra, palmilhando as mesmas trilhas que os lagunenses seguiam na penetração dos pampas gaúchos, indicou a necessidade de um governo autônomo na ilha, que depois estendeu sua jurisdição ao continente. Quando o Brasil meridional despertou para a economia de mercado, a capital política de Santa Catarina não exerceu ação além da pequena área que lhe estava próxima, desgarrando-se o restante do território catarinense para os centros econômicos que mais vantagens apresentavam pela facilidade de acesso e variedade de bens e serviços disponíveis.

O relevo de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul favoreceu concentração da vida social e econômica de seus territórios em suas capitais; em Santa Catarina, o relevo favoreceu a dispersão, e Florianópolis permaneceu centro regional de pequena área a ela ligada diretamente.

A DRENAGEM ECONÔMICA E SOCIAL

A distribuição do homem no espaço geográfico é acompanhada da formação de grupos de localidade que se distinguem por características sociais. Os agricultores que vivem em suas propriedades isoladas têm contato direto com seus vizinhos; diversos destes grupos

de vizinhança afluem a centros onde encontram bens e serviços dos quais se servem, formando, assim as comunidades rurais. Diversas dessas comunidades gravitam em torno de outras maiores, onde se abastecem e nas quais procuram serviços de ordem superior aos que costumam encontrar em suas pequenas comunidades. Há, desta forma, um sentido na satisfação destas exigências, uma drenagem econômica e social que parte do grupo de vizinhança até à grande comunidade de que centraliza os interesses de vasto território.

Os geógrafos franceses vêm desenvolvendo, nos últimos anos, a teoria da “armadura” urbana, que exprime, no espaço geográfico, a drenagem econômica e social apresentada, sociologicamente, pelos grupos de localidades. Para o geógrafo, a cidade organiza a sua região, tornando-se, por sua vez, dependente de outras maiores que também organizam sua área de influência, dando nascimento a uma hierarquização de centros urbanos. O método dos geógrafos franceses que tratam da “armadura” urbana é baseado nas funções terciárias nelas processadas.

Sua aplicação em países subdesenvolvidos, porém, é de resultado duvidoso, devido à pequena proporção do setor terciário na população ativa de tais países. Um geógrafo brasileiro, o prof. Armen Mamigonian, da Universidade Federal de Santa Catarina, estuda, presentemente, a hierarquização dos centros urbanos catarinenses, baseado na seleção do comércio de bens especializados⁵. Os resultados alcançados pelo prof. Mamigonian são realmente prometedores, e de suas pesquisas já se pode distinguir a localização de centros sub-regionais como Brusque, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio do Sul, Curitiba, etc., a de centros regionais menores, de que são exemplos Joaçaba, Chapecó, Porto União, Canoinhas, Mafra, Tubarão e Criciúma, e centros regionais maiores Florianópolis, Blumenau, Joinville e Lages.

As pesquisas sobre hierarquização dos centros urbanos em Santa Catarina identificou, independentemente dos traçados das vias de comunicações, o sentido da drenagem

⁵ *Nota da edição:* neste trabalho, possivelmente, o prof. Peluso Júnior faz referência ao então recentemente publicado “Vida regional em Santa Catarina” (Revista Orientação, São Paulo, n. 2, p. 35-38, set., 1966). De autoria do professor Armen Mamigonian, trata-se de uma importante contribuição ao estudo da organização espacial catarinense e sua rede urbana.

econômica e social. Os centros regionais às vezes são dois em uma mesma região (Criciúma e Tubarão no Sul) e mesmo três (Porto União, Canoinhas e Mafra ao Norte); a maior parte das regiões forma-se em torno de pequenos centros regionais, caracterizando-se os maiores apenas pela maior riqueza das suas próprias regiões e não por alcançarem a drenagem dos menores; finalmente, estes centros regionais de diversas dimensões são voltados para Curitiba ao norte, e para Porto Alegre ao sul. A dispersão é feita a partir de cada região, algumas das quais, em relação às metrópoles (Curitiba e Porto Alegre) são divididas em duas zonas de influência.

A realidade assinalada, posta em relevo nos trabalhos do prof. Armen Mamigonian, é um fato que se justifica quando se examina a evolução dos centros sulinos. O fator de dispersão está, em Santa Catarina, predominantemente no relevo. Desde o início do povoamento do planalto, a ausência de um centro de atração ligou sua população aos centros dos estados vizinhos. À semelhança do clima e da vegetação, que em Santa Catarina é transição entre os do Paraná e Rio Grande do Sul, a vida econômica e social catarinense tornaram-se, igualmente, transição entre as dos dois estados. No litoral, onde cada centro regional se ligava por via marítima com os grandes mercados nacionais, a estrada de rodagem e o avião estenderam influência de Curitiba e Porto Alegre sobre toda a região do litoral e encosta.

A POLARIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO REGIONAL

A tendência do estado de Santa Catarina, forçoso é reconhecê-la, é o desaparecimento. Há, no mundo atual, forte movimento regionalista que combate os quadros territoriais que não atendem às presentes exigências da sociedade. O homem do século XX, neste setor, nega-se a ser governado pela história. Muitos países, entre os quais a Inglaterra, a França, a Alemanha, procuram libertar-se das divisões territoriais que tiveram sua função no passado, mas que se chocam com o desenvolvimento econômico e social. O Brasil, possivelmente, enfrentará o mesmo problema, do que os primeiros sinais são as

aspirações regionalistas que surgem em diversas áreas, algumas das quais em Santa Catarina.

A tendência que acusamos pode ser corrigida. Não é fatal, pois o homem não é escravo da natureza. O ambiente físico apenas apresenta possibilidades, e se a pobreza material dos dois séculos de história deixou a sociedade entregue às sugestões do relevo, pode usar-se este mesmo relevo para alcançar a integração da sociedade catarinense através de mudança da direção da drenagem econômica e social; e se o problema é a correção de uma tendência a solução está no planejamento regional que leve em consideração os fatos físicos em que se apoia esta mesma tendência.

Como realizar este planejamento?

Não é nosso objetivo discutir a técnica do planejamento. Como geógrafo, sou naturalmente inclinado a lembrar a importância de se tornar o território catarinense polarizado em função de um centro urbano, isto é, executar um planejamento que, através de investimentos adequados, dê a Santa Catarina uma metrópole que realize a integração catarinense.

A comparação entre os mapas de relevo e das zonas de influência das cidades segundo Mamigonian, mostra que não há, em Santa Catarina, nenhum centro regional que tenha ultrapassado as limitações do relevo. A interiorização de uma metrópole, por sua vez, é impedida pela dificuldade de acesso ao porto, não interessando que no momento, por motivo de diversas ordens, a navegação costeira esteja praticamente extinta, pois que essa navegação, em um país de extensa costa, com população adensada no litoral e áreas próximas é requisito essencial ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Florianópolis, que no século XVIII era o centro do território que constituía a Capitania da Ilha de Santa Catarina, é ainda a cidade que maiores possibilidades apresenta de sobrepujar a influência adversa do relevo para a integração catarinense. Situada no extremo da dorsal da Serra do Tabuleiro, que divide quase a meio a região do litoral e encosta, tem melhores condições de unir os diversos centros regionais dessa região, ao mesmo tempo

que se situa praticamente no eixo da transversal que demanda o rio Peperi-Guaçu, podendo, assim, unir os do planalto.

O território catarinense, se está voltado para Curitiba e Porto Alegre, não sofre a ação polarizadora (no sentido econômico do termo) dessas metrópoles, pois nada delas recebe. É somente criando, em Santa Catarina, um polo de desenvolvimento, capaz de exercer efeitos de impulsão em todo o território, que se poderá realizar a integração catarinense, incentivando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das diversas regiões e de seus centros regionais, e orientando a política de transporte⁶.

Referência completa (ABNT):

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A drenagem econômica e social na integração do estado de Santa Catarina. *Textos para Discussão*: LabCit/GEDRI, Florianópolis, v. 4, n. 2, 29 set. 2023.

⁶ *Nota da edição*: o tema da integração territorial do estado de Santa Catarina permaneceu sob as preocupações do professor Peluso Júnior por longos anos. Destacamos, entre outros, dois trabalhos. Trata-se das publicações intituladas "A estrada de rodagem de Florianópolis ao Peperi-Guaçu" (Boletim Geográfico, Florianópolis: DEGC, v. 2, n. 3, jan., 1948) e "A identidade catarinense" (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v. 5, 1984, republicado na coletânea Aspectos geográficos de Santa Catarina, Florianópolis: Ed. da UFSC; FCC edições, 1991). Ambas explicitam esse tema na sua produção intelectual.